



GUERRA NO LESTE EUROPEU

Organização do Tratado do Atlântico Norte diz ter interceptado caças MiG-31 no espaço aéreo estoniano, em incidente considerado "inaceitável" e de "audácia sem precedentes". Moscou nega

Estônia denuncia escalada da Rússia

» RODRIGO CRAVEIRO

Em um intervalo de nove dias, três países-membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) denunciaram violações do espaço aéreo cometidas por aeronaves da Rússia. Depois de incidentes com a Polônia e a Romênia (veja quadro), a Estônia informou que três caças russos MiG-31 invadiram o espaço estoniano e permaneceram sobre o Golfo da Finlândia durante 12 minutos. Três caças F-35 italianos decolaram de Amari (Estônia) para interceptar as aeronaves invasoras. O Ministério da Defesa da Rússia negou a violação.

O ministro das Relações Exteriores da Estônia, Margus Tsahkna, admitiu a gravidade da situação. "A Rússia violou o espaço aéreo estoniano em quatro ocasiões este ano, o que por si só é inaceitável. Mas a incursão de hoje, da qual participaram três aviões de combate (...), é de uma audácia sem precedentes", declarou Tsahkna. "Este tipo de ato não pode ser tolerado e deve ser sancionado com medidas políticas e econômicas rápidas."

Kristen Michal, primeiro-ministro da Estônia, afirmou que seu país recorrerá à Otan para a realização de uma reunião emergencial, a fim de debater o assunto. "Uma violação desse tipo é totalmente inaceitável. O governo estoniano decidiu solicitar consultas, nos termos do Artigo 4 da Otan", disse o chefe de governo. O Artigo 4 é um mecanismo da aliança atlântica ocidental que exige dos países-membros informar uns aos outros se houver riscos à "sua integridade territorial, independência política ou segurança".

O secretário-geral da Otan, Mark Rutte, escreveu na rede social X que conversou com Michael sobre a violação do espaço aéreo pela Rússia. "A resposta da Otan, no âmbito da 'Sentinela Oriental' foi rápida e decisiva", anunciou, ao citar uma operação lançada pela organização para proteger o Leste da Europa.

As intrusões russas em série no espaço aéreo de países-membros da Otan têm elevado o temor de uma resposta concertada a uma agressão militar. O Artigo 5 do Tratado da Otan estabelece o princípio da defesa coletiva e prevê que um ataque a uma nação da aliança representa um ataque a todas as demais. Na noite de ontem, a Guarda Costeira da Polónia notificou o "sobrevoio de baixa altitude" de dois caças russos sobre uma plataforma petrolífera polonesa no Mar Báltico. Foi violada a zona de segurança da plataforma", afirmou, por meio de um comunicado no X.

Forsvarsmakten/AFP



MiG-31 sobrevoa o Mar Báltico depois de violar o espaço aéreo estoniano, em imagem divulgada pela Força Aérea da Suécia

Onde fica



Violações em série

Confirma outros casos de invasão do espaço aéreo da Otan por parte de aeronaves russas

10 de setembro

A Polónia denunciou a incursão de 19 drones russos em seu espaço aéreo. A Otan viu-se obrigada a mobilizar suas defesas antiaéreas para derrubar as aeronaves não-tripuladas. Os destroços dos drones danificaram uma casa e um carro, no leste do país.

13 de setembro

Três dias depois, no sábado, a Romênia denunciou a "inaceitável" entrada de um drone russo em

seu espaço aéreo. O embaixador russo, Vladimir Lipayev, disse que a alegação de Bucareste de que a Rússia foi responsável pela intrusão "não tem fundamento".

Ontem

Um trio de caças russos entrou no espaço aéreo da Estônia e acabou interceptado por aeronaves da Otan. A União Europeia denunciou uma "provocação extremamente perigosa"

"Ação desestabilizadora"

Volodymyr Zelensky, presidente da Ucrânia, acusou o governo de Vladimir Putin de engajar-se em uma "atividade desestabilizadora que se expande para novos países e em novas direções". "Eles (russos) usam todas as ferramentas: desde a interferência nos processos políticos, como na Romênia e na Moldávia, até violações ao espaço aéreo, como na Polónia, na Romênia e, agora, na Estônia", declarou.

Para Zelensky, "isso é uma campanha sistemática russa dirigida contra a Europa, contra a Otan e contra o Ocidente". "Isso requer uma resposta sistêmica. Ações enérgicas devem ser tomadas — tanto coletiva quanto individualmente por cada nação", defendeu. O líder ucraniano voltou a pedir a adoção de medidas que impactem a economia de Moscou.

"Se fosse um incidente isolado, poderia ser visto como acidental, mas isso é visivelmente mais um passo em uma série

calculada de vários pequenos passos que se somam para uma grande tomada do espaço aéreo", advertiu ao **Correio** o estoniano Rein Taagepera, cientista político, fundador do partido Res Publica e ex-presidente da Associação para o Avanço dos Estudos Bálticos. "A tomada do espaço aéreo de outro país é uma agressão grave", acrescentou. Ele ressaltou que, em uma eventual invasão calcupada pela Rússia, ainda que forjada em etapas, cada passo é, por definição, sem precedentes.

IRÃ

Fabrice Coffrini/AFP



Abbas Araçchi, chanceler iraniano, diz que o país rejeita ação política

ONU retoma sanções e Teerã avalia pressão como injusta

O ministro das Relações Exteriores iraniano, Abbas Araçchi, denunciou uma "pressão injusta" sobre seu país durante uma conversa por telefone com Rafael Grossi, diretor da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA). O Irã "rejeita qualquer ação política e qualquer pressão injusta que possa levar a uma escalada de tensões", declarou o chefe da diplomacia iraniana.

A declaração se seguiu à aprovação pelo Conselho de Segurança da ONU da retomada das sanções contra o país devido ao seu programa nuclear. Reino Unido, França e Alemanha, signatários de um acordo de 2015 conhecido como o Plano de Ação Conjunto Abrangente (JCPOA, na sigla em inglês), destinado a impedir que Teerã obtenha armas nucleares, alegam que o Irã violou compromissos estabelecidos no tratado e promoveram essa ação.

"Instamos (o Irã) a agir agora", disse a embaixadora britânica, Barbara Woodward, depois de votar contra uma resolução que teria prorrogado a suspensão atual das sanções. Ela deixou a porta aberta para a diplomacia na Assembleia Geral da ONU, na próxima semana, quando chefes de Estado e de governo se reunirão em Nova York para seu encontro anual.

O embaixador do Irã na ONU qualificou a medida de "ilegal". "A ação é apressada, desnecessária e ilegal. Irã não reconhece a obrigação de implementá-la", afirmou Amir Saeid Irvani ao Conselho de Segurança sobre o que considera uma "política de coerção".

Ameaça

Israel, que esteve em guerra com o Irã este ano durante 12 dias para, segundo as autoridades israelenses, destruir sua capacidade militar e balística, instou o mundo a impedir "para sempre" que Teerã se dote da bomba atômica.

"O programa nuclear do Irã não tem fins pacíficos. Um Irã com armas nucleares significaria que o regime mais perigoso possui a arma mais perigosa, o que minaria radicalmente a estabilidade e a segurança mundiais", escreveu no X o chanceler israelense, Gideon Saar.

Conexão diplomática



POR SILVIO QUEIROZ
silvioqueiroz.df@gmail.com

De olho no que Trump vai dizer

A não ser pelo tom exato e pela escolha das palavras, pouca surpresa antecede o discurso que o presidente Lula fará perante a Assembleia Geral das Nações Unidas. A palavra-chave, presente praticamente em cada intervenção do atual mandato — mais ainda neste ano —, tende a ser multilateralismo.

Direta ou veladamente, é de esperar menção crítica — e dura — à guerra tarifária movida pelo governo de Donald Trump. É quase certa alguma menção à soberania nacional, em resposta às sanções políticas impostas pela Casa Branca ao país, notadamente contra o STF e o ministro Alexandre de Moraes, por conta da condenação de Jair Bolsonaro por tentativa de golpe.

Lula deve retomar a condenação à ofensiva militar israelense contra os palestinos, com a retaguarda político-diplomática de Washington. O Brasil vem de se juntar à África do Sul em ação movida na Corte Internacional de Justiça para

condenar Israel por genocídio.

Tem troco?

A grande incógnita na imponente sede da ONU, em Nova York, é o que esperar da fala seguinte à do presidente brasileiro. Por tradição firmada desde a criação do organismo, no pós-Segunda Guerra, cabe ao Brasil abrir os debates da Assembleia Geral entre chefes de Estado e governo. O segundo discurso cabe aos EUA, como país que abriga a sede.

Donald Trump não faz segredo sobre a hostilidade que nutre pelo sistema multilateral — que espezinha sob o rótulo de "globalismo" —, do qual a ONU é a expressão mais eloquente. Desde que retornou à Casa Branca, em janeiro, o magnata republicano vem radicalizando a opção por uma política externa de molde unilateral e imperial. Não propriamente "isolacionista", como definem alguns observadores

— basta considerar as incursões nos conflitos da Ucrânia e do Oriente Médio, ou as recentes ações militares no litoral caribenho da Venezuela.

Pela perspectiva da diplomacia brasileira, o teor do discurso de Trump deverá dar indicadores mais claros sobre os próximos desdobramentos da crise instalada nas relações bilaterais.

Última hora

Uma pista pode estar no tratamento dispensado por Washington aos pedidos de visto para integrantes da comitiva que acompanhará Lula em Nova York. A própria ONU manifestou preocupação com pendências que persistiam até as últimas horas antes do embarque.

Um dos últimos a serem liberados, o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, anunciou ontem a decisão de não ir, em protesto contra as restrições incluídas no

visto, que o impediriam de cumprir compromissos na Organização Panamericana de Saúde. Objeto de sanção "pessoal" pelo papel na contratação de profissionais cubanos para o programa Mais Médicos, no governo de Dilma Rousseff, Padilha foi autorizado a entrar nos EUA, mas sob condições semelhantes às que limitaram as inúmeras participações de Fidel Castro na Assembleia Geral. Como o falecido líder da Revolução Cubana, o ministro brasileiro teria liberdade para circular apenas entre o local onde se hospedasse e a sede da ONU, e no perímetro de cinco quadras em torno do hotel.

Bala na agulha

O acordo pelo qual a sede principal da ONU foi instalada em Nova York — há outro conjunto em Genebra, ligado a direitos humanos — obriga os EUA a receber os representantes dos países-membros. Até mesmo Yasser Arafat, como líder da Organização para a Libertação da Palestina (OLP), teve acesso à Assembleia Geral, embora fosse classificado por Washington

como terrorista.

Em 1974, numa participação histórica, subiu à tribuna levando no coldre seu célebre revólver. No discurso, fez questão de frisar que levava à ONU "um ramo de oliveira (símbolo de paz) e a arma de um combatente pela liberdade". E arrematou: "Não me obriguem a largar o ramo de oliveira".

Barrados

Hoje com o status de observadora, e reconhecida como Estado soberano por mais de 140 dos 193 membros plenos da ONU, a Palestina teve sua delegação à Assembleia Geral barrada pelo governo Trump. Não terá representantes presentes para assistir a Reino Unido, França, Irlanda e Canadá se somarem à lista.

Foi também com gesto unilateral que Washington barrou no Conselho de Segurança, pela sexta vez, uma resolução determinando o cessar-fogo em Gaza. Os demais 14 integrantes do organismo votaram "sim". Washington, como membro permanente, usou o poder de veto.